



rio grande
seguros e previdência

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Demonstrações Financeiras Intermediárias
30 de junho de 2026



Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

Índice

Relatório da administração.....	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	07
Balanços patrimoniais.....	12
Demonstração dos resultados.....	14
Demonstração dos resultados abrangentes.....	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	16
Demonstração dos fluxos de caixa.....	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	18
Conselho de administração.....	64

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

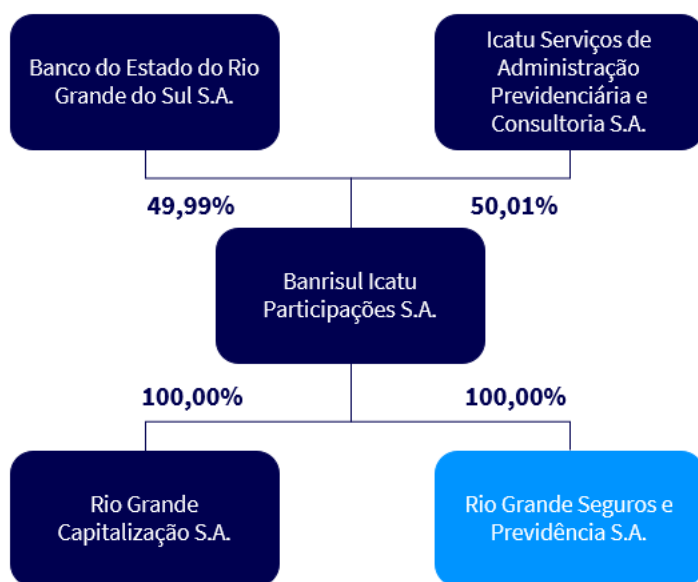
Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia tem como objeto a negociação de seguros de vida e previdência, majoritariamente através do canal bancário de vendas do Banrisul.

2. Desempenho nas operações de seguros e previdência complementar aberta

O desempenho das operações, no semestre de 2026, pode ser observado a seguir:

2.1. Operação e patrimônio

No primeiro semestre de 2026 os prêmios ganhos foram de R\$ 370.365 (R\$ 379.811 no mesmo período do ano anterior), representando uma redução de 2,49% em relação ao período anterior.

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 62.411 (R\$ 78.724 no mesmo período do ano anterior), que representa uma sinistralidade de 16,85% em 2026 (20,73% no mesmo período do ano anterior), uma redução de 3,88 pontos percentuais (p.p.).

Os custos de aquisição de seguros foram de R\$ 118.340 (R\$ 122.846 no mesmo período do ano anterior), o que representa um índice de comissionamento de 31,95% em 2026 (32,34% no mesmo período do ano anterior), representando uma redução de 0,39 p.p..

As rendas com taxa de gestão foram de R\$ 20.822 (R\$ 19.021 no mesmo período do ano anterior), um aumento de 9,47% em 2026. Em 2026, representava 5,6% dos prêmios (5,0% no mesmo período do ano anterior).

A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência vem melhorando e foi negativa em R\$ 98.476 (captação líquida negativa de R\$ 155.218 no mesmo período do ano anterior).

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar em 2026 alcançou R\$ 187.933 (R\$ 173.183 no mesmo período do ano anterior), apresentando um aumento de 8,52%.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 7.909.072 (R\$ 7.566.312 em 31 de dezembro de 2025), representando um aumento de 4,53%. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2026, atingiu o montante de R\$ 138.787 (R\$ 120.160 em 31 de dezembro de 2025), apresentando um aumento de 5,6%, apesar do pagamento de dividendos, no semestre, de R\$ 52.183 (R\$ 81.644 no mesmo período do ano anterior).

2.2. Despesas administrativas, resultado financeiro e solvência

No primeiro semestre de 2026, as despesas administrativas foram de R\$ 73.043 (R\$ 79.942 no mesmo período do ano anterior), apresentando uma redução de 8,63%, representando 19,72% dos prêmios ganhos (21,05% no mesmo período do ano anterior).

No primeiro semestre de 2026, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 26.852 (R\$ 24.292 no mesmo período do ano anterior), representando um acréscimo de 10,54%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – SELIC – que beneficiou o rendimento das aplicações financeiras da Companhia em comparação com o ano anterior.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 132.068 em 30 de junho de 2026 (R\$ 110.782 em 31 de dezembro de 2025), apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 152% (131% em 31 de dezembro de 2025).

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

No primeiro semestre de 2026, o grupo econômico ao qual a Companhia faz parte avançou na consolidação da agenda ASG, fortalecendo a governança, a transparência e a integração da sustentabilidade aos negócios. Entre os principais marcos do período destacam-se a publicação do seu segundo relatório de sustentabilidade; o aprimoramento da gestão de riscos ASG; a realização da segunda edição do programa de mentoria feminina; a disponibilização do primeiro produto enquadrado como sustentável, em conformidade com a Resolução CNSP nº 473/2024; a evolução da gestão de resíduos na matriz, com foco na redução da geração e na destinação correta; e a ampliação do programa de voluntariado.

A saúde e o bem-estar dos colaboradores, a valorização das pessoas e a equidade de gênero seguiram como prioridades da Companhia. Os princípios de equidade estão incorporados ao código de ética e conduta, que estabelece o repúdio a qualquer forma de assédio e discriminação e orienta as principais práticas de gestão de pessoas, incluindo recrutamento, desenvolvimento, remuneração e reconhecimento por mérito.

No período, as mulheres representavam 49,08% do quadro total de colaboradores do Grupo Icatu (49,32% em 2025). Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,69% (27,87% em 2025); na média gestão, 48,33% (48,32% em 2025); e, no nível operacional, 49,87% (50,07% em 2025).

No mesmo período, as mulheres corresponderam a 48,28% das admissões realizadas, mantendo percentual próximo ao registrado em 2025 (50,28%). Na alta gestão, representaram 20,00% das novas contratações (100% em 2025); na média gestão, 64,29% (42,86% em 2025); e, no nível operacional, 47,62% (50,28% em 2025).

Em relação especificamente a Companhia, sua operação é suportada por 57 colaboradores, sendo 49,12% mulheres, incluindo duas lideranças femininas.

Distribuição remuneratória total do grupo econômico

Gênero	30/06/2026			30/06/2025		
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.012	2.648	16.661	13.294	2.457	15.751
Masculino	18.071	4.451	22.522	16.088	3.847	19.935
Total	32.083	7.099	39.182	29.382	6.304	35.686

Nota 1: A comparação entre os períodos apontou variação de - 2,26 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R\$ 909 nos componentes remuneratórios.

Nota 2: O total remuneratório representa a última posição na data-base indicada.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Companhia retornou à sociedade R\$ 55.656 em sinistros pagos (R\$ 67.493 no mesmo período do ano anterior), R\$ 63.294 pagos por serviços de parceiros terceirizados (R\$ 69.642 no mesmo período do ano anterior), R\$ 27.133 em tributos indiretos (R\$ 17.759 no mesmo período do ano anterior) e R\$ 47.350 (R\$ 39.662 no mesmo período do ano anterior) em tributos diretos.

Além desses avanços, o grupo econômico ao qual a Companhia faz parte foi reconhecido pelo Instituto MESC como Melhor Empresa em Satisfação do Cliente 2026 nos segmentos de Previdência e Capitalização, reconhecimento que reforça o compromisso da Companhia com a excelência na experiência dos clientes.

4. Auditores independentes

A **PricewaterhouseCoopers** Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria independente à Companhia. Os honorários contratuais, brutos de tributos, referente ao exercício de 2026, totalizam R\$ 205 (R\$ 197 em 2025), relativos à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração limitada requerida pelo órgão regulador.

5. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 25 de agosto de 2026.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

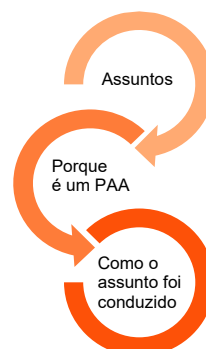
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência complementar (Notas 3.14, 3.15, 18 e 19) A Seguradora apresenta passivos decorrentes de operações de contratos de seguros e previdência, registrados nas rubricas "Provisões Técnicas - Seguros" e "Provisões Técnicas - Previdência Complementar", em que destacamos Provisão de Prêmios Não Ganhos - Risco Vigente Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC). Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, tábuas biométricas, taxas de juros e as características dos tipos de benefícios. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração das provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação das notas técnicas atuariais que detalham as premissas e metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas da Seguradora. Para a PMBaC testamos a integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis; testamos, em base amostral, a movimentação dos valores dessas provisões para os produtos de modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL); e a atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas, incluindo: (i) a conferência dos cálculos das provisões efetuados pela administração; (ii) a avaliação das metodologias de cálculo e das principais premissas consideradas; (iii) a avaliação da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas durante o primeiro semestre; (iv) recálculo atuarial independente para as provisões de PPNG-RVNE e IBNR; e (v) recálculo atuarial independente dos planos mais representativos que compõem o saldo da PMBaC e PMBC. Também verificamos se as principais premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas refletem o histórico da Seguradora. Por fim, avaliamos a razoabilidade do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação do Passivo (TAP). Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

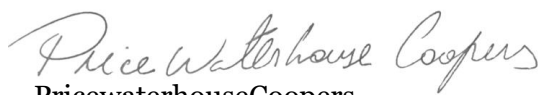
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6



Balanços patrimoniais

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		30/06/2026	31/12/2025
ATIVO			
CIRCULANTE		7.796.743	7.417.847
Disponível		4.495	7.920
Caixa e bancos		4.495	7.920
Equivalente de caixa	Nota 5	20.930	11.429
Aplicações	Nota 5	7.641.150	7.266.667
Créditos das operações com seguros e resseguros		45.458	45.363
Prêmios a receber	Nota 6	29.800	31.417
Operações com seguradoras	Nota 7	6.337	6.813
Operações com resseguradoras	Nota 8	9.321	7.133
Créditos das operações com previdência complementar		86	80
Valores a receber		86	80
Outros créditos operacionais	Nota 9	39.330	35.765
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 10	7.816	12.519
Títulos e créditos a receber		4.336	4.647
Títulos e créditos a receber		3.650	3.641
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	686	1.006
Despesas antecipadas		2	2
Custos de aquisição diferidos		33.140	33.455
Seguros	Nota 18	33.106	33.420
Previdência	Nota 19	34	35
NÃO CIRCULANTE		112.329	148.465
Realizável a longo prazo		111.973	148.067
Aplicações	Nota 5	27.806	63.326
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 10	3.022	4.099
Títulos e créditos a receber		23.353	25.351
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	7.784	10.654
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 22.3	15.569	14.697
Outros bens e valores		362	498
Custos de aquisição diferidos		57.430	54.793
Seguros	Nota 18	57.399	54.762
Previdência	Nota 19	31	31
Imobilizado		148	179
Bens móveis		78	88
Outras imobilizações		70	91
Intangível		208	219
Outros intangíveis		208	219
TOTAL DO ATIVO		7.909.072	7.566.312



Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

		30/06/2026	31/12/2025
PASSIVO			
CIRCULANTE		1.371.728	1.320.892
Contas a pagar		59.241	52.303
Obrigações a pagar	Nota 12	41.212	38.981
Impostos e encargos sociais a recolher		6.200	5.263
Impostos e contribuições	Nota 13	11.101	7.682
Outras contas a pagar		728	377
Débitos de operações com seguros e resseguros		41.095	46.800
Operações com seguradoras	Nota 14	5.045	5.248
Operações com resseguradoras	Nota 15	6.211	11.490
Corretores de seguros e resseguros	Nota 16	29.839	30.062
Débitos de operações com previdência complementar		331	705
Débitos de resseguro		115	499
Outros débitos operacionais		216	206
Depósitos de terceiros	Nota 17	1.348	2.487
Provisões técnicas - seguros	Nota 18	1.217.700	1.168.777
Pessoas		159.439	166.533
Vida com cobertura por sobrevivência		1.058.261	1.002.244
Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 19	51.762	49.548
Planos não bloqueados		3.327	3.086
PGBL/PRGP		48.435	46.462
Outros débitos		251	272
Débitos diversos		251	272
NÃO CIRCULANTE		6.398.557	6.125.260
Provisões técnicas - seguros	Nota 18	6.101.478	5.838.655
Pessoas		187.672	189.599
Vida com cobertura por sobrevivência		5.913.806	5.649.056
Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 19	282.892	271.254
Planos não bloqueados		8.673	8.585
PGBL/PRGP		274.219	262.669
Outros débitos		14.095	15.121
Provisões judiciais	Nota 22.2	14.095	15.121
Débitos diversos		92	230
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		138.787	120.160
Capital social	Nota 23.1	72.188	72.188
Reservas de lucros	Nota 23.2	14.438	48.917
Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 23.3	(1.027)	(945)
Lucros acumulados		53.188	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.909.072	7.566.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2026	30/06/2025
Prêmios emitidos		365.526	424.382
Contribuições para cobertura de riscos		2.884	2.887
Variação das provisões técnicas de prêmios		1.955	(47.458)
Prêmios ganhos	Nota 25 e 26.1	370.365	379.811
Sinistros ocorridos	Nota 26.2	(62.411)	(78.724)
Custos de aquisição	Nota 26.3	(118.340)	(122.846)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 26.4	(13.056)	(15.986)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		176.558	162.255
Receita com resseguro		5.709	6.317
Despesa com resseguro		(7.176)	(6.837)
Outros resultados com resseguro		100	171
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 26.5	(1.367)	(349)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL		287.811	268.819
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(287.786)	(268.721)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 26.6	25	98
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		20.822	19.021
Variação de outras provisões técnicas	Nota 26.7	(867)	(238)
Custo de aquisição		(8.581)	(7.932)
Outras receitas (despesas) operacionais		(24)	(21)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		11.375	10.928
Despesas administrativas	Nota 26.8	(73.043)	(79.942)
Despesas com tributos	Nota 26.9	(22.635)	(18.243)
Resultado financeiro	Nota 26.10	26.852	24.292
RESULTADO OPERACIONAL		117.740	98.941
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		117.740	98.941
Imposto de renda	Nota 27	(29.024)	(24.187)
Contribuição social	Nota 27	(17.824)	(14.991)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		70.892	59.763
Quantidade de ações		2.091	2.091
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		33.903	28.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Demonstração dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	70.892	59.763
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(82)	(186)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	(136)	(310)
Efeitos dos tributos - IRPJ	34	77
Efeitos dos tributos -CSLL	20	47
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	70.810	59.577

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 01 de janeiro de 2025	72.188	14.438	81.644	(975)	-	167.295
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(186)	-	(186)
Distribuição de dividendos intermediários - AGE 28/03/2025	-	-	(81.644)	-	-	(81.644)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	59.763	59.763
Saldos em 30 de junho de 2025	72.188	14.438	-	(1.161)	59.763	145.228
Saldos em 01 de janeiro de 2026	72.188	14.438	34.479	(945)	-	120.160
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(82)	-	(82)
Distribuição de dividendos intermediários - AGE 28/04/2026	-	-	(34.479)	-	(17.704)	(52.183)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	70.892	70.892
Saldos em 30 de junho de 2026	72.188	14.438	-	(1.027)	53.188	138.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	70.892	59.763
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	177	184
Despesas de juros	4	6
Custos de aquisição diferidos	(2.322)	(13.473)
Variação das provisões técnicas - seguros	781.500	788.526
Variação das provisões técnicas - previdência	34.334	31.711
Variação das Provisões Judiciais	117	1.110
Variação de impostos sobre o lucro	48.559	41.145
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(339.100)	(266.604)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(95)	(3.826)
Créditos das operações com previdência complementar	(6)	(8)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	5.780	4.334
Créditos tributários e previdenciários	320	(28)
Ativo fiscal diferido	2.925	(1.717)
Depósitos judiciais e fiscais	(872)	(451)
Despesas Antecipadas	-	(2)
Outros ativos	(3.685)	(2.001)
Outros bens e valores	136	136
Outras contas a pagar	3.519	2.262
Débitos de operações com seguros e resseguros	(5.705)	(5.589)
Débitos de operações com previdência complementar	(374)	(275)
Depósitos de terceiros	(1.139)	(3.228)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(469.754)	(512.113)
Provisões técnicas - previdência complementar	(20.482)	(18.458)
Provisões judiciais	(1.143)	(284)
Débitos diversos	31	79
Caixa gerado pelas operações	103.617	101.199
Juros pagos	(4)	(6)
Tributos sobre o lucro pagos	(45.140)	(40.039)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	58.473	61.154
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra:	(24)	(24)
Intangível	(24)	(30)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(24)	(30)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(52.183)	(81.644)
Pagamento de passivo por arrendamento	(190)	(200)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(52.373)	(81.844)
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	6.076	(20.720)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	19.349	33.615
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	25.425	12.895

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo” é usado para tratar o conjunto formado pelo grupo econômico ao qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 25 de agosto de 2026.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos a valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 5);
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2 e 5.1);
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) (notas 3.4.1.3 e 5.2); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas 3.14, 18 e 19).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão;
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres;
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período;
- As rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos;
- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;
- Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;

- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensurados e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são corrigidos de acordo com a legislação vigente.

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica “Ativo de direito de uso”, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao “Passivo de arrendamento”, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Companhia, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Redução ao valor recuperável

3.7.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.7.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Resseguro “RdVR de Resseguro” deve ser constituída para suportar a expectativa de perdas por irrecoverabilidade de contas de ativo de resseguro, considerando o risco de inadimplência de cada ressegurador (contraparte).

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, uma análise prospectiva da capacidade de pagamento dos resseguradores e, além disso, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, assim como eventuais divergências ou litígios à cobertura do contrato de resseguro. No estudo também consta uma análise qualitativa, onde observamos os critérios mínimos de *Rating* para a seleção dos resseguradores, definidos na Política de Transferência de Risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

Em 30 de junho de 2026, a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 1.115 (R\$ 1.092 em 31 de dezembro de 2025).

3.7.1.2 Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A redução ao valor recuperável de prêmios a receber (RdVR) deverá ser constituída, preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da Companhia.

Nossa metodologia de cálculo, observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por “faixa de *aging*”, sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior.

- Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer;
- Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias;
- Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias;
- Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias, e;
- Grupo 4: faturas vencidas a mais de 360 dias.

Para o primeiro semestre de 2026, a partir da análise histórica, estamos aplicando os seguintes percentuais para constituição mensal da RdVR:

	30/06/2026	30/06/2025
Faturas com 30 dias a vencer	0,19%	1,62%
Faturas vencidas há 60 dias	0,74%	3,21%
Faturas vencidas entre 60 e 180 dias	4,83%	10,61%
Faturas vencidas entre 180 e 360 dias	6,06%	14,83%
Faturas vencidas há mais de 360 dias	100,00%	100,00%

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 46.

3.7.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.8. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.8.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia revisa periodicamente a recuperabilidade de seus ativos tributários diferidos, considerando a legislação vigente e a expectativa de realização futura.

Em função das alterações introduzidas pela Reforma Tributária, que prevê a substituição do PIS e da COFINS pela CBS, a Administração concluiu que os créditos tributários diferidos de PIS e COFINS constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes das provisões técnicas, incluindo a PSL e IBNR, deixaram de atender aos critérios de recuperabilidade, uma vez que sua realização estava condicionada à manutenção do atual regime de incidência dessas contribuições.

Dessa forma, a Companhia reconheceu a baixa desses ativos tributários diferidos no primeiro semestre de 2026. O ajuste possui natureza exclusivamente contábil, não produzindo efeitos imediatos sobre o caixa ou sobre a liquidez da Companhia.

3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações fiscais, o valor das provisões até agosto de 2024 foi atualizado considerando a taxa SELIC. A partir de setembro/2024 a correção monetária passou a ser feita pelo IPCA, quando não houver outro índice previsto no contrato ou em lei própria, acrescido de juros calculados pela Taxa Legal, que corresponde à aplicação da SELIC deduzida do IPCA ou de outro índice previsto no contrato ou em lei própria, conforme Lei 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações fiscais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

No caso das provisões judiciais cíveis relacionadas a sinistros, quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.10. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas.

3.11. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus

contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.6.

3.12. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente como relatado na nota explicativa 3.7.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.13. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, em sua maioria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a comissão, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de apólices/certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratada, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 26 meses.

3.14. Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.14.1. Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

3.14.2. Provisões matemáticas de benefícios concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.14.3. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e para as ações judiciais, era utilizado, até agosto/2024, a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando e, a partir de setembro/2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei 14.905/2024.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão referente a sinistros ocorridos e não suficientemente avisados – (IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e
- os ajustes de IBNER judicial calculados conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.

3.14.4. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

- i) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de

ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cada calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente;

- ii) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão; e
- iii) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso.

3.14.5. Provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pelo comportamento histórico de atraso e sazonalidade das últimas “n” emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

Os prêmios a receber de parcelas não vencidas podem ser deduzidos da PPNG através dos direitos creditórios, que representam ativos garantidores baseados na proporção do risco a decorrer, conforme regras da circular SUSEP nº 648/2021.

3.14.6. Provisão de excedente financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.14.7. Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações financeiras, além das rendas vencidas e ainda não pagas.

3.14.8. Provisão de despesas relacionadas (PDR/PDC)

A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) ou provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas

a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base a parte do percentual contratual referente a prestação de serviços firmado entre as Companhias do grupo econômico em que a Companhia está inserida, referente aos custos com sinistros e benefícios.

3.14.9. Provisão de excedente técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.14.10. Provisão complementar de cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação de passivos (TAP), detalhada na nota 3.15.

3.15. Teste de adequação dos passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias.

Os principais planos da carteira em questão possuíam 0% de juros, 0% de carregamento, e estão atrelados às tábuas BR-EMS e AT2000 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data base. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade foi considerada a tábua de

mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram consideradas os seguintes percentuais de sinistralidade:

Agrupamento	Sinistralidade	
	30/06/2026	30/06/2025
Vida em Grupo	16,98%	17,90%
Prestamista	26,26%	26,45%
Acidentes Pessoais	6,57%	5,70%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Para a projeção do fluxo de resseguro, aplicam-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na companhia. Em relação ao sinistro, os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 8 meses após a liquidação do sinistro junto ao segurado, conforme histórico de recuperações da companhia.

O resultado mensal dos fluxos de caixa foi trazido a valor presente pela curva de juros (ETTJ) correspondente ao indexador de cada plano, divulgada pela SUSEP na data-base do cálculo.

3.15.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros como critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

- i) Benefícios concedidos;
- ii) PGBL/VGBL;
- iii) Seguros de pessoas coletivo, individual e risco de previdência.

3.15.2. Efeito das taxas de juros no TAP

A Circular SUSEP nº 678/22 introduziu significativas mudanças na contabilização da PCC, especialmente em decorrência da mudança na taxa de juros. Em resposta aos novos requisitos impostos pelo normativo, procedeu-se à adaptação dos processos e das políticas contábeis relacionados. Portanto, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em outros resultados abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme estudo técnico detalhado no qual fundamenta essa decisão e a metodologia adotada. Vale ressaltar que demais alterações terão a contrapartida reconhecida no resultado do exercício.

3.15.3. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 30 de junho de 2026 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. Ou seja, o resultado do teste foi negativo, o qual não gerou a necessidade de constituição de PCC.

3.16. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de adequação de passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.17. Novas normas ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.17.1. Decreto-Lei nº 12.499/2025 - Incidência de IOF

O Decreto nº 12.499/2025 atualizou as regras sobre a incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em planos VGBL. As principais mudanças foram:

- O IOF de 5% incidirá apenas sobre aportes que, no acumulado de 11/06/2025 até 31/12/2025, ultrapassem R\$ 300 mil por CPF, em uma mesma seguradora; exceto aqueles realizados entre 11/06/2025 e 16/07/2025, que não terão incidência de IOF, mas entrarão na conta do limite anual.
- A partir de 01/01/2026, o IOF de 5% incidirá sobre aportes que ultrapassem R\$ 600 mil por ano, considerando a somatória dos valores aportados em todos os planos de um mesmo CPF, ainda que em seguradoras distintas.
- A alíquota de 5% incide apenas sobre o valor que ultrapassar os limites estabelecidos, e não sobre o total aportado.

A Companhia colocou em produção a primeira fase de adequações sistêmicas visando atender o prazo legal e agora segue implementando melhorias até que tenha um processo robusto adaptado, previsto para o fim de 2026, quando o IOF será extinto.

3.17.2. IFRS 17/ CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.17.3. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como medidas de desempenho gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

O CPC 51 é aplicável a partir de 01º de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas do exercício de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.17.4. Reforma tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, teve início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela receita federal, pelos estados, pelos municípios e pelo comitê gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei e está totalmente adaptada ao novo padrão alfanumérico do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

3.17.5. IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40 - R1) – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na IFRS 9 – *Financial Instruments* (CPC 48) e na IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de

ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.17.6. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

3.17.7. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

3.17.8. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31/01/2026

A Companhia avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2025.

3.18. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Assessoria S.A., incorporada pela Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A em 31 de dezembro de 2024, onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu, cobrado mensalmente, e o pagamento realizado no mês subsequente. Essa operação está refletida na rubrica de “Serviços de terceiros” dentro do grupo de “Despesas administrativas”, onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

4. Gestão de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia;
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos, formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), das suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de probabilidade *default* (PD), *duration* do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 30 de junho de 2026, R\$ 346.661, correspondentes a 83% (R\$ 349.908 correspondentes a 89,30% em 31 de dezembro de 2025) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 66.138 (R\$ 40.657 em 31 de dezembro de 2025).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito não é aplicável. O volume dessas aplicações é de R\$ 7.273.803 (R\$ 6.949.590 em 31 de dezembro de 2025).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 3.283 em 30 de junho de 2026 (R\$ 1.267 em 31 de dezembro de 2025). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.1.2 Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco da Companhia, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de resseguros.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável – RdVR de contratos de resseguro, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.7.1.1.

O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 30 de junho de 2026:

4.1.1.1.2 Principais Riscos Associados a Resseguro

Tipo Ressegurador	Rating	30/06/2026		31/12/2025	
		Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	1.806	8,96%	3.903	16,43%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	3	0,02%	9	0,04%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	123	0,61%	124	0,52%
Local	A+ pela Standard & Poor's	2.441	12,11%	3.964	16,69%
Local	AA- pela Standard & Poor's	3.154	15,64%	3.370	14,19%
Local	A- pela A. M. Best Company	12.633	62,67%	12.381	52,13%
Total		20.160	100,00%	23.751	100,00%

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado não é aplicável.

Os testes de estresse são simulações utilizadas para estimar as perdas resultantes da materialização de eventos extremos, porém plausíveis, e avaliar a resiliência da solvência das empresas. Dessa forma, é possível determinar o impacto sobre a solvência tendo em vista situações de perdas não esperadas causadas por grandes oscilações de mercado.

No quadro a seguir, é apresentado o impacto de um choque paralelo de 100 bps nas taxas de juros, segregado por fator de risco, sob as óticas do Patrimônio Líquido e Resultado:

	30/06/2026		31/12/2025	
Fatores de Risco (R\$ Mil)	Patrimônio Líquido	Resultado*	Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de Juros IPCA	(870)	-	(1.070)	-
Taxa de Juros IGPM	(229)	-	(243)	-

* O impacto no resultado é nulo devido a carteira de aplicações classificadas como VJR ser composta majoritariamente de ativos pós-fixados e portando insensíveis ao choque de juros.

4.1.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

30/06/2026

Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	4.495	-	-	4.495
Equivalente de caixa	20.930	-	-	20.930
Aplicações financeiras	2.395.300	617.790	4.655.866	7.668.956
Crédito das operações de seguros e previdência	84.874	-	-	84.874
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7.816	1.866	1.156	10.838
Títulos e créditos a receber	4.336	23.353	-	27.689
Total de ativos	2.517.751	643.009	4.657.022	7.817.782
Contas a pagar	59.241	-	-	59.241
Provisões técnicas	1.269.462	1.328.705	5.055.665	7.653.832
Débito das operações	41.426	-	-	41.426
Depósitos de terceiros	1.334	14	-	1.348
Total de passivos	1.371.463	1.328.719	5.055.665	7.755.847

31/12/2025

Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	7.920	-	-	7.920
Equivalente de caixa	11.429	-	-	11.429
Aplicações financeiras	1.033.957	1.643.028	4.653.008	7.329.993
Crédito das operações de seguros e previdência	81.208	-	-	81.208
Ativos de resseguro - provisões técnicas	12.519	1.210	2.889	16.618
Títulos e créditos a receber	4.647	25.351	-	29.998
Total de ativos	1.151.680	1.669.589	4.655.897	7.477.166
Contas a pagar	52.303	-	-	52.303
Provisões técnicas	1.218.325	1.265.279	4.844.630	7.328.234
Débito das operações	47.505	-	-	47.505
Depósitos de terceiros	2.487	-	-	2.487
Total de passivos	1.320.620	1.265.279	4.844.630	7.430.529

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.1.4 Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo risco legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos, que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de compliance responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5 Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da companhia tem como objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguros, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados.

Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, a Companhia diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração da Companhia e formalizadas na política de subscrição de riscos e de transferência de riscos. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2026

Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	154.072	154.072
Prestamista	144.970	144.970
Acidentes pessoais	50.113	50.113
Habitacional	13.145	13.145
Outros	8.065	8.065
Total seguros	370.365	370.365

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2025

Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	155.817	155.817
Prestamista	147.102	147.102
Acidentes pessoais	52.578	52.578
Habitacional	14.013	14.013
Outros	10.301	10.301
Total seguros	379.811	379.811

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2026

Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	152.221	152.221
Prestamista	143.363	143.363
Acidentes pessoais	49.847	49.847
Habitacional	9.996	9.996
Outros	7.762	7.762
Total seguros	363.189	363.189

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2025		
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	154.311	154.311
Prestamista	145.520	145.520
Acidentes pessoais	52.363	52.363
Habitacional	10.703	10.703
Outros	10.077	10.077
Total seguros	372.974	372.974

4.1.1.6 Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos da Companhia e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7 Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõe a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

A composição dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir, para as datas-bases de 30 de junho de 2026 e de dezembro de 2025, com a abertura por tempo de vencimento, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os demais instrumentos financeiros, com vencimento após doze meses, encontram-se no ativo não circulante. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada, categorizados conforme detalhado anteriormente.

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 20.930 (R\$ 11.429 em 31 de dezembro de 2025).

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), em 30 de junho de 2026, é de R\$ 67.136 (R\$ 64.902 em 31 de dezembro 2025). Dessa forma, as perdas não realizadas, registradas como ajustes de avaliação patrimonial, representam R\$ 1.711, brutos de tributos e R\$ 1.027 líquidos de tributos (perda de R\$ 1.576, brutos de tributos e R\$ 945, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2025).

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, a abertura da carteira por categoria de mensuração:

Categoria	30/06/2026	31/12/2025
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA	65.424	63.326
Valor Justo por meio do Resultado – VJR	7.624.462	7.278.096
Total	7.689.886	7.341.422
Circulante	7.662.080	7.278.096
Equivalentes de caixa	20.930	11.429
Aplicações financeiras	7.641.150	7.266.667
Não circulante	27.806	63.326
Aplicações financeiras	27.806	63.326

5.1. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) que representa 0,85% da carteira em 30 de junho de 2026 (0,86% em 31 de dezembro de 2025):

		30/06/2026	
	Taxas contratadas	Valor contábil/justo	Valor de curva
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		65.424	67.136
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,69%	58.167	59.401
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 6,12%	7.257	7.735
Total		65.424	67.136
Circulante		37.618	38.388
Não circulante		27.806	28.748

		31/12/2025	
	Taxas contratadas	Valor contábil/justo	Valor de curva
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		63.326	64.902
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,11%	56.200	57.284
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 6,12%	7.126	7.618
Total		63.326	64.902
Circulante		-	-
Não circulante		63.326	64.902

A seguir, apresentamos as faixas de vencimentos destes ativos:

	30/06/2026	31/12/2025
Vencimento em até um ano	37.618	-
Vencimento em até cinco anos	27.806	56.200
Vencimento acima de cinco anos	-	7.126
Total	65.425	63.326

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representa 99,15% da carteira em 30 de junho de 2026 (99,14% em 31 de dezembro de 2025):

		30/06/2026
	Taxas contratadas	Valor contábil/justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		7.620.366
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	-	7.273.069
Letras financeiras do tesouro - LFT	Selic	281.236
Operações compromissadas	Selic	45.208
Outros	-	(77)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	20.930
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		4.096
Fundos não exclusivos		3.362
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*		734
Total		7.624.462
Circulante		7.624.462
Não circulante		-

* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 62,4% do portfólio em 30 de junho de 2026 (65,7% em 31 dezembro de 2025), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

		31/12/2025
	Taxas contratadas	Valor contábil/justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		7.276.729
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	-	6.949.591
Letras Financeiras do tesouro - LFT	Selic	286.582
Operações compromissadas	Selic	29.227
Outros	-	(100)
Operações compromissadas - equivalente de caixa	Selic	11.429
Quotas de fundos de investimento - Não exclusivos		1.367
Total		7.278.096
Circulante		7.278.096
Não circulante		-

* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 62,4% do portfólio em 30 de junho de 2026 (65,7% em 31 dezembro de 2025), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

A seguir, apresentamos as faixas de vencimentos destes ativos:

	30/06/2026	31/12/2025
Sem vencimento	1.897.919	150.313
Vencimento em até um ano	480.693	895.073
Vencimento em até cinco anos	3.865.424	5.510.530
Vencimento acima de cinco anos	1.380.426	722.180
Total	7.624.462	7.278.096

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	6.687.704	41.815	6.729.519
(+) Aplicações	1.369.133	20.039	1.389.172
(-) Resgates	(1.695.896)	(3.461)	(1.699.357)
(+) Rendimentos	917.155	4.883	922.038
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	50	50
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.278.096	63.326	7.341.422
(+) Aplicações	645.962	-	645.962
(-) Resgates	(757.273)	(2.092)	(759.365)
(+) Rendimentos	457.677	4.327	462.004
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	(137)	(137)
Saldo em 30 de junho de 2026	7.624.462	65.424	7.689.886

5.4. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2026		
	Nível 1	Nível 2	Total
VJORA	65.424	-	65.424
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	65.424	-	65.424
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	58.167	-	58.167
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	7.257	-	7.257
VJR	281.236	7.343.226	7.624.462
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	281.236	7.339.130	7.620.366
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	-	7.273.069	7.273.069
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	281.236	-	281.236
Operações compromissadas	-	45.208	45.208
Outros	-	(77)	(77)
Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa	-	20.930	20.930
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	-	4.096	4.096
Fundo não exclusivos	-	3.362	3.362
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)*	-	734	734
Total	346.660	7.343.226	7.689.886

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*A carteira dos fundos exclusivos PGBl/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 62,4% do portfólio em 30 de junho de 2026 (65,7% em 31 dezembro de 2025), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
VJORA	63.326	-	63.326
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	63.326	-	63.326
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	56.200	-	56.200
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	7.126	-	7.126
VJR	286.582	6.991.514	7.278.096
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	286.582	6.990.147	7.276.729
Quotas de fundos (PGBl/VGBL) *	-	6.949.590	6.949.590
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	286.582	-	286.582
Operações compromissadas	-	29.228	29.228
Outros	-	(100)	(100)
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	-	11.429	11.429
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	1.367	1.367
Total	349.908	6.991.514	7.341.422

* A carteira dos fundos exclusivos PGBl/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 62,4% do portfólio em 30 de junho de 2026 (65,7% em 31 dezembro de 2025), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo está demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Vida em grupo	18.044	18.991
Prestamista	5.389	5.778
Acidentes pessoais	6.350	6.674
Outros	63	20
Total de prêmios a receber bruto	29.846	31.463
Provisão para redução ao valor recuperável	(46)	(46)
Total de prêmios a receber	29.800	31.417

6.2. Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	31.463	28.756
(+) Prêmios emitidos	398.404	782.985
(+) IOF	2.154	4.738
(-) Prêmios cancelados	(205)	(8.781)
(-) Recebimentos	(401.970)	(776.235)
Prêmios a receber bruto	29.846	31.463
Saldo inicial	(46)	(57)
(-) Constituição	(269)	(537)
(+) Reversão	269	548
Provisão para redução ao valor recuperável	(46)	(46)
Prêmios a receber líquidos	29.800	31.417

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

30/06/2026			
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	29.759	-	29.759
Vencidos			
1 até 30 dias	27	(1)	26
31 até 60 dias	9	-	9
Acima de 60 dias	51	(45)	6
Total	29.846	(46)	29.800

*Em 30 de junho de 2026, R\$ 28.324 referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

31/12/2025			
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	31.386*	(2)	31.384
Vencidos			
1 até 30 dias	25	(1)	24
31 até 60 dias	1	-	1
Acima de 60 dias	51	(43)	8
Total	31.463	(46)	31.417

*Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 29.380 referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

7. Crédito das operações – operações com seguradoras

As posições referentes as operações em que a Companhia registra prêmios a receber por cosseguros aceitos das outras companhias de seguros, visando o compartilhamento do risco do segurado, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios de cosseguro aceito	6.337	6.813
Total	6.337	6.813

8. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, os referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Sinistros pagos a recuperar	10.409	8.192
Outros créditos a recuperar	11	11
Redução ao valor recuperável	(1.099)	(1.070)
Total	9.321	7.133

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, apresentamos a abertura dos valores a recuperar por ressegurador.

Tipo Ressegurador	Rating	30/06/2026		31/12/2025	
		Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	1.806	8,96%	3.903	16,43%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	3	0,02%	9	0,04%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	123	0,61%	124	0,52%
Local	A+ pela Standard & Poor's	2.441	12,11%	3.964	16,69%
Local	AA- pela Standard & Poor's	3.154	15,64%	3.370	14,19%
Local	A- pela A. M. Best Company	12.633	62,67%	12.381	52,13%
Total		20.160	100,00%	23.751	100,00%

9. Outros créditos operacionais

Essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R\$ 39.330 em 30 de junho de 2026 (R\$ 35.765 em 31 de dezembro 2025). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

10. Ativos de resseguro

São as provisões técnicas referentes aos contratos de resseguro feitos pela Companhia para mitigar seus riscos, como a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de prêmios não ganhos	2.156	6.295
Sinistros a liquidar	3.348	3.827
Sinistros ocorridos não avisados	2.322	2.410
Redução ao valor recuperável	(10)	(13)
Total circulante	7.816	12.519
Sinistros a liquidar	2.116	3.264
Sinistros ocorridos não avisados	912	845
Redução ao valor recuperável	(6)	(10)
Total não circulante	3.022	4.099
Total	10.838	16.618

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Ativo circulante	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	106	106
ISS/IOF/ IRRF e PIS/COFINS/CSLL a compensar	381	701
Demais impostos	199	199
Total de créditos fiscais	686	1.006

11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 30 de junho de 2026, para sustentar a constituição do crédito tributário diferido

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 30 de junho de 2026 e de 31 de dezembro de 2025.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica “Créditos tributários e previdenciários”.

	31/12/2025	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2026
Ativo Não Circulante				
Imposto de renda diferido - diferença temporária	3.947	1.330	(412)	4.865
Diferenças temporárias	3.553	1.296	(412)	4.437
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	394	34	-	428
Contribuição social diferida - diferença temporária	2.368	799	(248)	2.919
Diferenças temporárias	2.132	778	(248)	2.662
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	236	21	-	257
PIS e COFINS diferidos - diferença temporária	4.339	-	(4.339)	-
PIS e COFINS diferidos	4.339	-	(4.339)	-
Total de créditos fiscais diferidos	10.654	2.129	(4.999)	7.784
Total de créditos e débitos diferidos	10.654	2.129	(4.999)	7.784

	01/01/2025	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2025
Ativo Não Circulante				
Imposto de renda diferido - diferença temporária	1.971	2.280	(304)	3.947
Diferenças temporárias	1.565	2.280	(292)	3.553
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	406	-	(12)	394
Contribuição social diferida - diferença temporária	1.183	1.368	(183)	2.368
Diferenças temporárias	939	1.368	(175)	2.132
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	244	-	(8)	236
PIS e COFINS diferidos - diferença temporária	4.581	397	(639)	4.339
PIS e COFINS diferidos	4.581	397	(639)	4.339
Total de créditos fiscais diferidos	7.735	4.045	(1.126)	10.654
Total de créditos e débitos diferidos	7.735	4.045	(1.126)	10.654

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias - 2026 a 2035

2026	522	7,35%
2027	556	7,83%
2028	586	8,25%
2029	626	8,82%
2030	670	9,44%
2031 a 2035	4.139	58,31%
Total geral	7.099	100%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Diferenças temporárias

Imposto de Renda/Contribuição Social	30/06/2026	31/12/2025
Outras provisões	2.192	3.672
Fundo de marketing	9.001	8.252
PIS COFINS diferido	-	(4.339)
Atualização depósito judicial	(6.670)	(6.092)
COFINS exigibilidade suspensa	11.375	10.942
PIS exigibilidade suspensa	1.849	1.778
Total das provisões temporárias	17.747	14.213
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	4.437	3.553
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	2.662	2.132
Total	7.099	5.685

12. Obrigações a pagar

Obrigações a pagar classificadas no passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e está composto da seguinte forma:

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores (a)	10.356	10.622
Pagamentos a realizar (b)	21.592	19.867
Provisão fundo de marketing (c)	9.001	8.252
Outras contas a pagar	263	240
Total	41.212	38.981

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. (incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.) em dezembro de 2024;

(b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda.

(c) Verbas destinadas única e exclusivamente no fomento da parceria definidas em contrato.

13. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo:

	30/06/2026	31/12/2025
IR	5.201	2.910
CSLL	3.190	2.360
COFINS	2.331	2.075
PIS	379	337
Total	11.101	7.682

14. Débitos das operações – operações com seguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações.

	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios de cosseguro cedido emitido	2.125	2.086
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	2.920	3.162
Total	5.045	5.248

15. Débito das operações – operações com resseguradoras

São prêmios a pagar aos resseguradores, relativos aos contratos de seguros feitos pela Companhia com o intuito de mitigar os riscos em seus contratos de seguros, com as seguintes posições:

	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios de resseguro cedido a pagar	6.468	11.747
Comissão de resseguro a recuperar	(257)	(257)
Total	6.211	11.490

16. Débito das operações – corretores de seguros e resseguros

São comissões a pagar e pró-labores à corretores pelos contratos de seguros, os ressarcimentos às congêneres nos contratos de cosseguros aceitos e as estimativas referentes aos contratos já vigentes, porém ainda não emitidos, como a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Comissões a pagar seguros	19.601	19.337
Comissões riscos emitidos	19	29
Comissões direto RVNE	9.361	9.411
Comissões cosseguro aceito	656	888
Comissões cosseguro aceito RVNE	202	397
Total corretores de seguros e resseguros	29.839	30.062

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	30/06/2026	31/12/2025
1 até 30 dias	1.320	2.042
31 até 60 dias	(51)	415
61 até 90 dias	63	5
91 até 120 dias	-	6
121 até 180 dias	1	-
181 até 365 dias	1	19
Acima de 365 dias	14	-
Total	1.348	2.487

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas – Seguros	30/06/2026			31/12/2025		
	Pessoas	Sobrevivência	Total	Pessoas	Sobrevivência	Total
Circulante						
Prêmios não ganhos	81.258	-	81.258	80.892	-	80.892
Prêmios não ganhos – RVNE	14.572	-	14.572	15.070	-	15.070
Sinistros a liquidar administrativo	30.029	-	30.029	35.720	-	35.720
Sinistros a liquidar judicial	4.143	-	4.143	4.460	-	4.460
Excedente técnico	-	-	-	79	-	79
Sinistros ocorridos mas não avisados	28.611	-	28.611	29.393	-	29.393
Benefícios a conceder	-	1.043.071	1.043.071	-	996.419	996.419
Benefícios concedidos	-	350	350	-	276	276
Resgates e/ou outros valores a regularizar	36	14.771	14.807	32	5.497	5.529
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	790	-	790	888	-	888
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	-	46	46	-	46	46
Provisão de excedente financeiro	-	23	23	-	5	5
Total circulante	159.439	1.058.261	1.217.700	166.534	1.002.243	1.168.777
Não Circulante						
Prêmios não ganhos	163.260	-	163.260	165.005	-	165.005
Sinistros a liquidar administrativo	1.522	-	1.522	1.803	-	1.803
Sinistros a liquidar judicial	9.304	-	9.304	10.017	-	10.017
Sinistros ocorridos mas não avisados	12.729	-	12.729	11.920	-	11.920
Benefícios a conceder	-	5.910.721	5.910.721	-	5.646.376	5.646.376
Benefícios concedidos	-	2.822	2.822	-	2.419	2.419
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	858	-	858	854	-	854
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	-	262	262	-	261	261
Total não circulante	187.673	5.913.805	6.101.478	189.599	5.649.056	5.838.655
Total geral	347.112	6.972.066	7.319.178	356.133	6.651.299	7.007.432

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, as movimentações dos custos de aquisição diferidos e das provisões técnicas:

	01/01/2025	Constituições	Amortizações	31/12/2025	Constituições	Amortizações	30/06/2026
Custo de aquisição diferido	69.679	252.839	(234.336)	88.182	113.007	(110.684)	90.505
Total	69.679	252.839	(234.336)	88.182	113.007	(110.684)	90.505
Circulante	29.469	167.209	(163.258)	33.420	70.278	(70.592)	33.106
Não Circulante	40.210	85.630	(71.078)	54.762	42.729	(40.092)	57.399

Provisões Técnicas – Seguros	Saldos em 01/01/2026	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2026
Prêmios não ganhos	245.897	11.723	(13.102)	-	244.518
Prêmios não ganhos - RVNE	15.070	4.638	(5.136)	-	14.572
Benefícios a conceder	6.642.795	325.768	(430.545)	415.774	6.953.792
Benefícios concedidos	2.695	561	(175)	91	3.172
Sinistro a liquidar	52.000	97.381	(104.095)	(288)	44.998
Sinistros ocorridos mas não avisados	41.313	8.380	(8.353)	-	41.340
Resgates e/ou outros valores a regularizar	5.529	37.799	(28.521)	-	14.807
Excedente técnico	79	-	(79)	-	-
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	1.742	907	(1.001)	-	1.648
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	307	1.800	(1.799)	-	308
Provisão de excedente financeiro	5	60	(42)	-	23
Total	7.007.432	489.017	(592.848)	415.577	7.319.178

Provisões Técnicas – Seguros	Saldos em 01/01/2025	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2025
Prêmios não ganhos	187.005	85.974	(27.082)	-	245.897
Prêmios não ganhos - RVNE	13.674	8.535	(7.139)	-	15.070
Benefícios a conceder	6.062.194	766.409	(1.018.088)	832.280	6.642.795
Benefícios concedidos	2.775	81	(287)	126	2.695
Sinistro a liquidar	54.746	223.418	(227.953)	1.789	52.000
Sinistros ocorridos mas não avisados	43.768	7.137	(9.592)	-	41.313
Resgates e/ou outros valores a regularizar	10.822	115.821	(121.114)	-	5.529
Excedente técnico	79	-	-	-	79
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	1.311	1.825	(1.394)	-	1.742
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	288	3.032	(3.013)	-	307
Provisão de excedente financeiro	1	102	(98)	-	5
Total	6.376.663	1.212.334	(1.415.760)	834.195	7.007.432

18.1. Análise de sensibilidade – seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado.

As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o *stress* de 5% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
Coberturas de Risco:		30/06/2026		31/12/2025	
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% de sinistralidade	(3.105)	(2.864)	(3.473)	(3.221)
Sinistralidade	Redução de 5% na sinistralidade	3.105	2.864	3.473	3.221

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e pró-labores, estão classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não ganhos	142	-	142	139	-	139
Benefícios a conceder	48.001	272.011	320.012	46.020	260.776	306.796
Benefícios concedidos	1.640	10.864	12.504	1.550	10.462	12.012
Sinistros a liquidar administrativo	455	-	455	527	-	527
Sinistros a liquidar judicial	475	-	475	-	-	-
Eventos ocorridos, mas não avisados	876	-	876	915	-	915
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	-	-	-	-	-	-
Resgates e/ou outros valores a regularizar	118	-	118	383	-	383
Provisão de excedente financeiro	32	-	32	7	-	7
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	23	17	40	7	16	23
Total	51.762	282.892	334.654	49.548	271.254	320.802

A seguir, as movimentações dos custos de aquisição diferidos e das provisões técnicas:

	01/01/2025	Constituições	Amortizações	31/12/2025	Constituições	Amortizações	30/06/2026
Custo de aquisição diferido	89	852	(875)	66	404	(405)	65
Total	89	852	(875)	66	404	(405)	65
Circulante	58	499	(522)	35	220	(221)	34
Não Circulante	31	353	(353)	31	184	(184)	31

Ao longo de 2025, as constituições e reversões passaram a ser realizadas com base no movimento para risco de previdência.

Provisões Técnicas	01/01/2026	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	30/06/2026
Prêmios não ganhos	139	100	(97)	-	142
Benefícios a conceder	306.796	15.447	(20.937)	18.706	320.012
Benefícios concedidos	12.012	823	(884)	553	12.504
Sinistro a liquidar	527	1.382	(993)	14	930
Sinistros ocorridos, mas não avisados	915	729	(768)	-	876
Resgates e/ou outros valores a regularizar	383	329	(596)	2	118
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	-	-	-	-	-
Provisão de excedente financeiro	7	70	(45)	-	32
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	23	178	(161)	-	40
Total	320.802	19.058	(24.481)	19.275	334.654

Provisões Técnicas	01/01/2025	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2025
Prêmios não ganhos	140	135	(136)	-	139
Benefícios a conceder	265.451	50.752	(45.535)	36.128	306.796
Benefícios concedidos	9.880	3.179	(1.680)	633	12.012
Sinistro a liquidar	581	3.063	(3.122)	5	527
Sinistros ocorridos, mas não avisados	882	80	(47)	-	915
Resgates e/ou outros valores a regularizar	678	4.483	(4.784)	6	383
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	1	1	(2)	-	-
Provisão de excedente financeiro	1	124	(118)	-	7
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	34	221	(232)	-	23
Total	277.648	62.038	(55.656)	36.772	320.802

19.1. Análise de sensibilidade – previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa mais do que o dobro da média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos, um *stress* de 2% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado.

Em 30 de junho de 2026, os choques realizados na Taxa ETTJ, na longevidade e na conversão em renda não geraram necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC). Por esse motivo, não houve impacto no resultado.

20. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais brutos de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro											Total
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
No ano do aviso	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	159.279	131.848	117.088	159.294	145.422	67.418	1.179.061
1 ano após o aviso	52.810	59.397	75.573	94.326	101.755	179.641	140.878	126.413	159.875	159.113	-	1.149.781
2 anos após o aviso	47.856	56.728	73.885	100.801	101.577	181.536	141.296	127.130	160.278	-	-	991.087
3 anos após o aviso	46.930	56.278	75.148	99.189	102.329	181.723	141.532	127.074	-	-	-	830.203
4 anos após o aviso	46.922	56.945	75.084	97.038	101.887	181.388	141.943	-	-	-	-	701.207
5 anos após o aviso	47.530	56.840	74.963	97.259	101.758	182.554	-	-	-	-	-	560.904
6 anos após o aviso	47.674	56.537	74.716	98.108	102.275	-	-	-	-	-	-	379.310
7 anos após o aviso	47.384	56.411	74.988	97.492	-	-	-	-	-	-	-	276.275
8 anos após o aviso	48.442	56.929	74.787	-	-	-	-	-	-	-	-	180.158
9 anos após o aviso	48.213	56.877	-	-	-	-	-	-	-	-	-	105.090
10+ anos após o aviso	47.922	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.922
Estimativa na data base (2026) (a)	47.922	56.877	74.787	97.492	102.275	182.554	141.943	127.074	160.278	159.113	67.418	1.217.733
Pagamentos efetuados (b)	47.691	56.519	73.693	95.418	100.035	180.084	139.414	124.582	156.694	151.983	45.692	1.171.805
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	231	358	1.094	2.074	2.240	2.470	2.529	2.492	3.584	7.130	21.726	45.928
Sinistros a Liquidar Total												45.928

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro											Total
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
No ano do aviso	64.989	71.622	74.678	86.986	87.475	145.310	124.516	108.506	136.333	134.285	61.145	1.095.845
1 ano após o aviso	52.697	59.016	73.873	90.547	96.420	169.059	133.785	117.116	141.301	145.178	-	1.078.992
2 anos após o aviso	47.742	56.339	72.134	95.211	96.083	170.455	134.052	117.289	141.201	-	-	930.506
3 anos após o aviso	46.817	55.903	73.171	92.719	96.641	170.584	134.029	117.263	-	-	-	787.127
4 anos após o aviso	46.808	56.449	72.702	91.026	96.195	170.160	134.350	-	-	-	-	667.690
5 anos após o aviso	47.385	56.325	72.581	91.468	95.991	171.020	-	-	-	-	-	534.770
6 anos após o aviso	47.428	56.018	72.609	91.714	96.234	-	-	-	-	-	-	364.003
7 anos após o aviso	47.148	55.891	72.911	92.149	-	-	-	-	-	-	-	268.099
8 anos após o aviso	47.328	55.943	72.921	-	-	-	-	-	-	-	-	176.192
9 anos após o aviso	47.146	55.880	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.026
10+ anos após o aviso	47.148	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47.148
Estimativa na data base (2026) (a)	47.148	55.880	72.921	92.149	96.234	171.020	134.350	117.263	141.201	145.178	61.145	1.134.489
Pagamentos efetuados (b)	46.917	55.747	71.993	90.635	94.543	168.690	132.179	114.774	138.072	138.818	41.658	1.094.026
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	231	133	928	1.514	1.691	2.330	2.171	2.489	3.129	6.360	19.487	40.463
Sinistros a Liquidar Total												40.463

21. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões técnicas - Seguros e Previdência:	7.653.832	7.328.234
Ajustes:		
Direito creditório	(14.158)	(14.296)
Custos de aquisição diferidos (redutores) (a)	(73.174)	(72.975)
Provisões técnicas - resseguros (redutores) (b)	(8.698)	(10.345)
Redução ao valor recuperável	16	22
Total a ser coberto	7.557.818	7.230.640
Ativos vinculados à cobertura de reservas	7.689.886	7.341.422
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	7.664.860	7.328.626
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	4.096	1.367
Equivalente de caixa	20.930	11.429
Total dos ativos vinculados	7.689.886	7.341.422
Total de aplicações	7.689.886	7.341.422
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	132.068	110.782

- (a) Custos de aquisição diferidos: Circulante R\$ 33.140 (R\$33.455 em dezembro de 2025) e Não Circulante R\$ 57.429 (R\$54.793 em dezembro de 2025), total R\$ 90.570(R\$ 88.248 em dezembro de 2025) sendo redutores R\$ 73.173 (R\$ 72.975 em dezembro de 2025) e não redutores R\$ 17.396 (R\$ 15.273 em dezembro de 2025);
- (b) Ativos de resseguro – provisões técnicas: Circulante R\$ 7.826(R\$ 12.519 em dezembro de 2025) e Não Circulante R\$ 3.028 (R\$ 4.099 em dezembro de 2025), total de R\$ 10.854 (R\$ 16.618 em dezembro de 2025) sendo redutores R\$ 8.698 (R\$ 10.345 em dezembro de 2025) e não redutores R\$2.155 (R\$ 6.273 em dezembro de 2025).

22. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

22.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

No caso das provisões judiciais cíveis relacionadas a sinistros, quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

			Causas cíveis - relacionadas a sinistros/benefícios			
			30/06/2026		31/12/2025	
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	100	10.202	10.202	86	7.877	7.877
Possível	214	24.153	-	186	26.040	-
Remoto	2	60	-	3	271	-
Total	316	34.415	10.202	275	34.188	7.877

22.2. Provisões judiciais não relacionadas a sinistros/benefícios

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações fiscais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.



	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	871	2.401
Total provisões não relacionadas a sinistros/benefícios	871	2.401
Obrigações fiscais	13.224	12.720
Total Provisões judiciais	14.095	15.121

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

A seguir, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

Causas Cíveis – Não relacionados à sinistros/benefícios						
30/06/2026				31/12/2025		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	45	871	871	52	2.401	2.401
Possível	478	9.338	-	451	13.840	-
Remota	5	104	-	5	100	-
Total	528	10.313	871	508	16.341	2.401

Causas Fiscais						
30/06/2026				31/12/2025		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	6	1.623	13.224	6	1.517	12.720
Total	6	1.623	13.224	6	1.517	12.720

Total geral	534	11.936	14.095	514	17.858	15.121
--------------------	------------	---------------	---------------	------------	---------------	---------------

22.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”.

Em 30 de junho de 2026, os “Depósitos judiciais e fiscais” estão classificados no ativo não circulante, como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	717	400
Fiscais	14.852	14.297
Total depósitos judiciais	15.569	14.697



Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	14.297	13.215
Atualização Monetária	555	1.082
Saldo Final	14.852	14.297

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 72.188, representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

23.2. Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2026, as reservas de lucros de R\$ 14.438 (R\$ 48.917 em 31 de dezembro de 2025) são compostas por:

- (i) Reserva legal de R\$14.438 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor; e
- (ii) A Reserva estatutária foi consumida integralmente pela distribuição dos dividendos no primeiro semestre de 2026, (R\$ 34.479 em 31 de dezembro de 2025), é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.

23.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria VJORA, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de "Créditos tributários". O saldo em 30 de junho de 2026 era de uma perda de R\$ 1.027 (perda de R\$ 945 em 31 de dezembro de 2025).

23.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

Em 28 de abril de 2026, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 52.183, sendo R\$ 34.479 provenientes da reserva estatutária e R\$ 17.704 do resultado do exercício.

23.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,



- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido	138.787	120.160
Ajustes contábeis	(7.422)	(5.660)
Despesas antecipadas	(2)	(2)
Ativos intangíveis	(208)	(219)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(7.212)	(5.439)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	78.037	76.270
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	2.164	877
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	75.874	75.393
Subtotal PLA - nível	209.402	190.769
PLA Nível 1	123.581	103.845
PLA Nível 2	78.037	76.270
PLA Nível 3	7.784	10.654
Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (e)	(24.960)	(22.914)
PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	184.442	167.855
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	6.594	6.306
Capital de risco de subscrição	109.461	117.603
Capital de risco - mercado	9.162	4.652
Capital de risco - redução por correlação	(9.620)	(6.407)
Capital de risco - operacional	6.126	5.866
Capital de risco (CR) (b)	121.722	128.020
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	121.722	128.020
Patrimônio líquido ajustado	184.442	167.855
(-) Exigência de capital - EC	(121.722)	(128.020)
Suficiência de capital - R\$	62.720	39.835
Suficiência de capital (% da EC)	152%	131%

24. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se as transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Icatu Seguros S.A. (Controladora indireta) (a)	7.692	8.717	(2.781)	(2.973)	(20.476)	(22.345)	45.674	49.394
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (c)	315	432	-	-	(381)	(437)	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (f)	-	-	(2)	(1)	(7)	(5)	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora indireta) (b)	-	-	(9.724)	(10.092)	(56.308)	(62.298)	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A (Controladora direta) (e)	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Ligada) (g) (h)	576	3.107	-	-	(4.091)	-	-	-
Rio Grande Capitalização S.A (Ligada) (c)	6.071	9.532	-	-	(7.471)	(8.112)	-	-
Total	14.654	21.788	(12.507)	(13.066)	(88.734)	(93.197)	45.674	49.394

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(b) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(c) A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras despesas operacionais";

(d) Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência

(e) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia.

(f) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

(g) Saldos em conta corrente

(h) Refere-se a despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação

25. Principais ramos de atuação - seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	30/06/2026			30/06/2025		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Vida em grupo	154.073	13,7%	34,5%	155.817	18,6%	35,0%
Prestamistas	144.970	22,0%	30,5%	147.102	27,0%	30,9%
Acidentes pessoais	50.112	2,6%	34,2%	52.578	8,5%	34,7%
Habitacional	13.145	51,6%	17,3%	14.013	24,5%	16,8%
Outros	8.065	17,2%	19,3%	10.301	21,6%	21,6%
Total	370.365	16,9%	32,0%	379.811	20,7%	32,3%

26. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

26.1. Prêmios ganhos – seguros

	30/06/2026	30/06/2025
Prêmios emitidos direto	320.908	370.699
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	45.674	49.394
Prêmios riscos vigentes não emitidos	(1.056)	4.289
Receitas de contribuições planos repartição simples	246	269
Receitas de contribuições planos de renda	2.638	2.617
Variação das provisões técnicas	1.955	(47.457)
Total	370.365	379.811

26.2. Sinistros ocorridos – seguros

	30/06/2026	30/06/2025
Indenizações avisadas	(61.699)	(77.937)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(6)	(70)
Despesas com sinistros	(169)	(717)
Outras despesas com sinistros	(537)	-
Total	(62.411)	(78.724)

26.3. Custo de aquisição – seguros

	30/06/2026	30/06/2025
Comissões sobre prêmio emitido	(120.220)	(135.851)
Variação despesa de comercialização diferida	2.345	13.533
Outras despesas de comercialização	(465)	(528)
Total	(118.340)	(122.846)

26.4. Outras despesas operacionais – seguros

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com cobrança de tarifas de prêmios	(4.959)	(5.170)
Provisão para contingências cíveis	1.464	(491)
Reversão de provisão para riscos de créditos	1	18
Despesas com títulos de capitalização	(7.852)	(8.550)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.710)	(1.793)
Total	(13.056)	(15.986)



26.5. Resultado com operações de resseguro – seguros e previdência

	30/06/2026	31/12/2025
Recuperação de indenização - seguros e previdência	5.680	6.038
Prêmio cedido em resseguro - seguros	(3.037)	(3.440)
Variação dos sinistros ocorridos - seguros	29	279
Variação das provisões técnicas - seguros	(3.912)	(3.204)
Receita com participação em lucros	-	(1)
Variação das provisões técnicas - previdência	(227)	(193)
Outros resultados com operações de resseguro	100	172
Total	(1.367)	(349)

26.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBL - previdência

	30/06/2026	30/06/2025
Prêmios emitidos	276.116	258.390
Receitas de contribuições planos	11.913	10.429
Restituições	(218)	-
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	287.811	268.819
PMBAC - planos de renda	(287.786)	(268.721)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(287.786)	(268.721)
Total	25	98

26.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	30/06/2026	30/06/2025
PPNG - planos repartição simples	3	(1)
PPNG - planos de renda	(6)	-
PVR - planos renda	197	(2)
Despesas com benefícios e resgates	(1.036)	(203)
Outras provisões	(25)	(32)
Total	(867)	(238)

26.8. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal próprio	(542)	(533)
Serviços de terceiros	(63.294)	(69.642)
Localização e funcionamento	(387)	(337)
Publicidade e propaganda	(7.294)	(8.198)
Publicações	(256)	(117)
Donativos e contribuições	(1.189)	(1.060)
Despesas administrativas diversas	(81)	(55)
Total	(73.043)	(79.942)

26.9. Despesas com tributos

	30/06/2026	30/06/2025
Impostos	(502)	(484)
COFINS	(17.528)	(13.766)
PIS	(2.849)	(2.238)
Taxa de fiscalização	(1.713)	(1.713)
Outras despesas com tributos	(43)	(42)
Total	(22.635)	(18.243)

26.10. Resultado financeiro

	30/06/2026	30/06/2025
VJR	457.810	488.037
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	457.810	488.037
Outras receitas financeiras	634	399
VJORA	4.328	2.310
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	4.328	2.310
Total – receitas financeiras	462.772	490.746
VJR	(134)	(60.537)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	(134)	(60.537)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – previdência	(19.275)	(16.995)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – seguros	(415.577)	(388.194)
Outras despesas financeiras	(934)	(728)
Total – despesas financeiras	(435.920)	(466.454)
Total	26.852	24.292

27. Conciliação dos Impostos de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados no resultado, como segue:

	30/06/2026		30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	117.740	117.740	98.941	98.941
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	29.435	17.661	24.735	14.841
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	4.620	4.619	5.811	5.811
Adição permanente - Doações/Patrocínios/Brindes	1.170	1.170	1.042	1.042
Outras provisões	(85)	(85)	(46)	(46)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(731)	(731)	4.645	4.645
PIS e COFINS diferido	4.339	4.339	210	210
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	504	504	455	455
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(577)	(578)	(495)	(495)
Resultado ajustado	122.360	122.359	104.752	104.752
Despesas com IRPJ/CSLL correntes	(30.578)	(18.354)	(26.176)	(15.713)
Incentivos fiscais	670	-	786	-
Reversão da provisão de créditos tributários	884	530	1.204	722
Total de IRPJ/CSLL	(29.024)	(17.824)	-	(24.187)
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	25%	15%	24%	15%

28. Eventos subsequentes

28.1 Nova tábua biométrica

A Companhia acompanha a implementação da tábua biométrica BR-EMS 2026, que substituirá a BR-EMS 2021 a partir de 1º de julho de 2026 para fins de projeções atuariais e de fluxos de caixa. Com base nas análises realizadas até a presente data, não foram identificados impactos materiais nas projeções de fluxo de caixa ou nos indicadores de solvência da Companhia. Os efeitos da adoção da nova tábua continuarão sendo monitorados ao longo do segundo semestre de 2026.



29. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo grupo econômico o qual a Companhia faz parte, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2026 da Icatu Seguros S.A.

Conselho de administração

Presidente

Luciano Soares

Demais Conselheiros

Ademar Schardong
Artur José de Lemos Júnior
Edson Georges Nassar
Fernando Guerreiro de Lemos

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira
Luiz Gonzaga Veras Mota

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuária

Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394